

# “Como fantasmas fora do domínio do capital”: alienação, trabalho, desemprego e desenvolvimento na Área Rural de São Luís (MA – Brasil)

*Victor de Oliveira Pinto Coelho*

Universidade Federal do Maranhão  
São Luís – Maranhão – Brasil  
victor.opcoelho@ymail.com

*Tayanná Santos de Jesus Sbrana*

Universidade Federal do Maranhão  
São Luís – Maranhão – Brasil  
santostaay@gmail.com

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar um estudo sobre trabalho, desemprego e desenvolvimento na Área Rural de São Luís (MA) atual. Pretendemos analisar a contradição entre o modo de vida tradicional e a atração exercida pelos modernos empreendimentos econômicos, apontando que, nessa contradição, surge uma militância política voltada para a preservação dos territórios tradicionais. Numa espécie de dialética, a militância desloca a significação *emprego/desemprego* para ressignificar o termo *trabalhador*. Metodologicamente, defendemos a necessidade de mediação entre o micro e o macro, ou seja, entre o contexto local e um quadro geral. Para isso, usamos os conceitos de alienação e acumulação primitiva. Tais conceitos visam, portanto, dar conta dessa dinâmica envolvendo a contradição entre modos de vida e também a militância.

**Palavras-chave:** Área Rural. São Luís (MA). Desenvolvimento econômico. Trabalho. Alienação.

---

## Introdução

Este artigo visa suscitar algumas questões a respeito das noções de *trabalho*, *emprego/desemprego* e *desenvolvimento*, situadas num contexto conflituoso e tendo como foco a pesquisa que vem sendo realizada na Área Rural de São Luís, no estado do Maranhão.<sup>1</sup> Essa área vem sendo palco de numerosos conflitos por terra desde as décadas de 1970 e 1980, frutos dos embates entre lógicas comunitárias de vivência e projetos de

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa compõe a dissertação de mestrado em andamento, intitulada “*E deu nome a todas as coisas*”: as relações entre violência, território e desenvolvimento na Área Rural de São Luís (1970 – 2015).

desenvolvimento, capitaneados por governos em níveis federal, estadual e municipal, em gestões sucessivas.

O embate se deu, dentre outras questões, por conta da Área Rural de São Luís ser considerada um *vazio demográfico e naturalmente vocacionada para a industrialização*. Esta formação discursiva, acionada por representantes governamentais, empresariais e pela mídia, ao longo do tempo, entrou em choque com lógicas específicas de povoados e comunidades autodeterminadas tradicionais com longo histórico de habitação naquele território. Tais povoados e comunidades foram (e são) consideradas “atrasadas” e “entraves ao desenvolvimento”, sendo marcadas por ocupações em atividades tais como as de pesca, agricultura e extrativismo de mariscos, por exemplo.

No presente trabalho, nosso foco específico será discutir como, a partir de vivência de alguns trabalhadores, as noções de *trabalho, emprego/desemprego e desenvolvimento* são formuladas e acionadas e, também, como tais noções podem ser analisadas por conceitos caros ao materialismo histórico, especialmente os de *alienação e acumulação primitiva*. Nesse sentido, dois pontos são importantes: primeiro, tendo em vista a historicidade própria desses conceitos, iremos destacar também o processo de formação da militância política – em que os moradores das comunidades componentes da Área Rural de São Luís elaboram ferramentas de resistência a expulsões, deslocamentos e eliminação de comunidades. Tratam-se de doze povoados que, a partir de 1996, passam a discutir e buscar a criação de um espaço salvaguardado legalmente com o intuito de preservar seu modo de vida tradicional e cultura local: a Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim. Segundo, tendo em vista a dimensão própria de tais conceitos, oriundos de análises mais estruturais a respeito do capitalismo, será necessária a discussão sobre a articulação entre o contexto local e aquele mais global.

Dividiremos assim nosso trabalho: no item a seguir, a partir de um quadro geral sobre a teoria da história, procuramos demarcar os pontos sobre agência histórica e jogos de escala, dada a necessidade que apontamos acima de perceber a mediação entre os níveis local e geral, assim como, também, destacar como no próprio nível local se dá um conflito entre diferentes concepções de vida e trabalho; em seguida, buscamos trazer informações sobre nosso estudo de caso, em que o conceito de *alienação* é importante para elaborarmos a experiência dos moradores locais, atentando para a historicidade própria da relação contraditória entre valores locais, economia capitalista e militância; por fim, trazemos uma breve e necessária incursão numa escala mais ampla com o objetivo de frisar a atualidade do conceito de acumulação primitiva, que acreditamos ser também importante para a

compreensão dos processos sociais e históricos implicados no nosso estudo.

### Delimitando os termos do debate: agência histórica e jogos de escala

Começemos com um breve quadro geral. Nos últimos anos, no Brasil, verificamos uma excelente produção (livros, artigos e seminários) no âmbito da Teoria da História e História da Historiografia. Vêm ganhando força os estudos mais voltados para o âmbito da História da Historiografia e isso, podemos dizer, depois de uma certa consolidação do campo da História Cultural, inspirada em grande parte na chamada escola dos *Annales* francesa e também na História Social Inglesa. Essa última, de inspiração marxista, estabeleceu uma grande renovação no interior do próprio marxismo; mas seu impacto foi além desse campo específico ao dar relevância aos elementos da cultura popular, a partir dos estudos sobre a dinâmica histórica envolvendo os tempos imediatamente precedentes ou iniciais da revolução industrial, incluindo, centralmente, a questão da formação da classe operária. A grande referência continuará sendo a obra de E. P. Thompson (1987), *A formação da classe operária inglesa*, de 1963, cuja recepção no Brasil vem das últimas duas ou três décadas.

Como não é objetivo deste artigo discutir essa produção, apenas indiquemos a grande presença dos conceitos de *representação* ou *imaginário social*<sup>2</sup>, além da forte presença dos estudos culturais mediante o diálogo da História com a Antropologia. Nesse contexto, devemos entender por *cultura* especialmente a cultura popular<sup>3</sup>, levando em conta

---

<sup>2</sup> Devido ao desgaste da noção de mentalidade, excessivamente generalista e focada na longa duração (cf. VAINFAS, 1997), o conceito de *representação* emerge como forma de retomar uma perspectiva dinâmica, ligando o cultural ao social. Como define Roger Chartier (1991, p. 183), "sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade", o de *representação* articula "três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de ser no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe". A definição de *imaginário social* é bastante semelhante nos autores que preferem o termo, tal qual a definição que dá Bronislaw Baczko (1984), segundo o qual, por imaginários sociais, podemos entender um dispositivo de ordem simbólica que assegura a um grupo um esquema efetivo de interpretação do mundo, pelo qual uma coletividade estabelece sua identidade ao elaborar uma representação de si e definir as posições e os papéis sociais que cada um desempenhará. Cabe ressaltar, e isso será importante para o que se seguirá no presente artigo, que tais definições valorizam bastante a *disputa simbólica*. Nesse sentido, como define o próprio Baczko (1985, p. 297), entender o poder político a partir das ciências humanas poderia ser feito destacando-se "o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico". Necessita-se, então, entender que o poder político é rodeado por representações coletivas e está numa posição central como o domínio do imaginário e do simbólico, e que esse imaginário coletivo intervém no exercício do poder político. E ainda: estas ações são guiadas por representações, modelando comportamentos e legitimando violências.

<sup>3</sup> Por cultura popular, como apontou Roger Chartier (1995), deve-se entender não (i) um conjunto de valores e símbolos em oposição a uma cultura letrada nem (ii) um conjunto de elementos a serem repertoriados, mas sim – concluindo nossa

também a renovação dos estudos em História Política que, sem retornar a velha história elitista, mobiliza conceitos tais como o de cultura política e o de representação ou imaginário político (FERREIRA, 1992).

Nesse quadro geral, a ênfase numa “história vista de baixo” implicou, em grande parte, o enfoque na restituição da vida das pessoas e das verdades por elas elaboradas; ou seja, atrofia-se a “pretensão” do historiador de elaborar “voos teóricos” para, ao contrário, enfatizarem-se as representações ou memórias dos agentes históricos do passado. Tal postura se coloca como reversão de um legado racionalista que enfatizava o princípio de *identidade*, seja no elitismo da história política que configurou a história da “nacionalidade”, seja no âmbito do fundamento filosófico do ideal iluminista/progressista. Sobre o marxismo que se tornara hegemônico, a crítica se dava no esquematismo que unia uma temporalidade ao mesmo tempo estrutural (a articulação determinada pelo modo de produção) e dinâmica (a dialética histórica), acabando por configurar uma teleologia histórica cujo sujeito a destacar seria a classe operária revolucionária.

Nesse esquematismo, portanto, o proletário revolucionário deveria substituir a burguesia (que rompera os grilhões do feudalismo) a partir do momento que tivesse a “verdadeira consciência” – a consciência sobre a contradição social fundamental da qual ela, agora, deve ser o elemento motor revolucionário. É nesse sentido que, destacando o *fazer-se* da classe operária desde os primórdios da industrialização, tendo como foco seus costumes tradicionais compartilhados, Thompson (1987, p. 13) dizia querer “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ etc. “dos imensos ares superiores da condescendência da posteridade”.

Embora não pretendesse romper com a teoria marxista, mas sim reformulá-la, a obra de Thompson se coloca, *a posteriori*, num quadro geral em que os estudos culturais tomarão a dianteira; em que crescerão em importância a ênfase na *diferença*, dispersão, “morte do sujeito”, multiculturalismo; e em que se dará ênfase à destituição do pensamento que coloca a razão ocidental em vantagem hierárquica (eurocentrismo). Tal enfoque acaba por significar um posicionamento contra a teoria e contra o conceito, vistos como instâncias de normatização. A obra de Michel Foucault (2008) teve, nesse sentido, grande repercussão ao destacar as ordens de discurso como dinâmicas de constituição de poder e saber. Como defendeu o próprio Foucault em *A arqueologia do saber*, essa proposta da fragmentação, da

---

extrema síntese –, uma dimensão de práticas e representações em que valores, códigos, textos etc. são apropriados e ressignificados, sendo importante ter em conta que os bens simbólicos e práticas culturais são permanentemente objetos de lutas sociais onde está em jogo sua classificação, hierarquização, consagração ou desqualificação.

“história geral” contra a “história global” se dirigia também ao legado estruturalista, cujo princípio braudeliano da “longa duração” (BRAUDEL, 1990) e a perspectiva propriamente estruturante reproduzia a ênfase na identidade, na totalidade, na continuidade. Daí que, nesse grande “movimento” nas ciências humanas que adentra a história da historiografia, podemos pensar também a influência que terá uma certa antropologia na corrente da microanálise ou micro-história.

Como lembra Giovanni Levi (1992), haverá uma abordagem calcada na noção de “descrição densa” de Clifford Geertz<sup>4</sup>. O objetivo da descrição densa é o de “registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto, ou seja, no fluxo do discurso social” (LEVI, 1992, p. 141-142), visando não à busca de leis e regularidades, mas a jogar luz aos atos simbólicos organizados numa “estrutura inteligível”, cuja interpretação deve afastar o perigo da razão classificadora e hierarquizante por parte do intérprete.

Embora não pretenda romper com a teoria, diz Levi (1992, p. 142-143), essa proposta de uma “ciência interpretativa”, em que o intérprete está bem mais próximo de seu campo de pesquisa, acaba levando a teoria à inutilidade na medida em que define a teoria por oposição a essa aproximação, ou seja, como “abstração imaginativa”. “Assim, as teorias são legitimadas, mas de pouca utilidade, porque a tarefa essencial da teoria aqui edificada não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possível a descrição densa, não para generalizar os casos cruzados, mas para generalizar dentro de seu interior”.

Contudo, como defende Levi (1992), assim como Jacques Revel (2010), a microanálise não deve ser confundida com a realidade, sendo antes um artifício metodológico, com o objetivo de poder observar elementos da realidade não perceptíveis nas abordagens macro. Deve-se ter em conta que uma realidade micro, por exemplo, a de uma comunidade tradicional, não está isolada ou desarticulada de um contexto regional, nacional e/ou global. Além disso, a “ponte” entre local e geral não é possível de ser feita sem a *mediação* necessária do conceito e da teoria, abstrações necessárias, mas nem por isso “imaginárias” num sentido pejorativo, seja o da imposição de um ponto de vista prévio (o “imperialismo da razão metódico-científica”), seja da subjugação do particular a concepções estruturais ou contextuais prévias.

Além desse jogo de escalas, Levi (1992, p. 149) também aponta outro problema,

---

<sup>4</sup> Levi cita o artigo de Geertz “On Ethnographic Authority. *Representations*, I, p. 122-39, 1983.

presente na abordagem da antropologia interpretativa, a ser evitado: a busca de um significado homogêneo nos sinais e símbolos públicos. Como diz o autor, devemos buscar definir e medir tais sinais e símbolos “com referência à multiplicidade das representações sociais que eles produzem”. Nesse sentido, “o problema não é simplesmente aquele do funcionamento do intelecto” (relação entre o pensar e o repertório cultural prévio), mas também o “perigo de se perder a visão da natureza socialmente diferenciada dos significados simbólicos e conseqüentemente de sua qualidade em parte ambígua”. Ou seja, indo ao ponto que nos interessa destacar, no “contexto de condições sociais diferentes, essas estruturas simbólicas produzem uma multiplicidade de representações fragmentadas e diferenciadas”, historicamente mutáveis e socialmente variáveis, “e serão essas o objeto do nosso estudo”.

Portanto, trata-se não só de ligar o micro ao macro, mas de enxergar também a dinâmica social e histórica, o que implica também enxergar formas variadas de contradição, que poderiam ficar subsumidas numa “descrição densa” assim como numa perspectiva excessivamente estrutural. Além disso, esse jogo de escalas pode nos fazer escapar de um certo impasse que envolve a recepção da obra de Thompson: aquela da disputa – em que os debates de Thompson com autores como Althusser e Perry Anderson foram marcantes – entre abordagem estruturante e abordagem “voluntarista”, sendo que essa última seria representada por Thompson<sup>5</sup>.

Nesse sentido, Ellen Wood (2001) destaca a contribuição de E. P. Thompson (1987) no sentido de revelar que os costumes tradicionais da primeira geração de trabalhadores fabris, que ainda cultivavam modos de vida tradicionais – ou seja, num período de tempo em que as formas tradicionais de trabalho camponês já estavam dissolvidas e antes do período propriamente industrial, de proletariado disciplinado de massa –, batem de frente com as *práticas capitalistas* em expansão.

Naquele contexto, o mercado tornara-se um campo de batalha entre, de um lado, as noções tradicionais a respeito dos “preços justos”, num horizonte de princípios regidos por costumes, regulação comunitária e expectativas referentes ao direito à subsistência e, de outro, as práticas capitalistas que visavam ao lucro. Trata-se, pois, da transformação do mercado de uma “instituição visível e mais ou menos transparente para uma ‘mão invisível’” (WOOD, 2001, p. 68-69), que se fazia presente na materialidade de figuras tais como os atravessadores, ou na mão pesada do Estado quando este tomava partido em favor das novas regras pertinentes ao mercado capitalista em expansão.

---

<sup>5</sup> É assim que aparece em *Classes Sociais e Representação*, de Marcelo Ridenti (2001).

No nosso caso de estudo<sup>6</sup>, trata-se menos de um período histórico de transição que de algo concernente àquilo que já foi definido como *acumulação primitiva*, conceito ao qual voltaremos mais adiante, mas que diz respeito a uma tensão que continua sendo reproduzida, em época de renovação dos princípios “desenvolvimentistas”: aquela entre comunidades tradicionais e os empreendimentos capitalistas.

No item a seguir é a questão sobre o jogo de escalas que estará presente: uma situação de contradição em torno da vida material e valores tradicionais – economia capitalista x costumes tradicionais –, motivará uma militância política por parte dos moradores da Área Rural de São Luís, em que os valores tradicionais serão mobilizados e ressignificados. Tal militância implicará uma necessária transição entre sua experiência local e o mundo das instituições através das quais precisaram arregimentar meios para garantir seus direitos diante das pressões a que estão expostos. Essa tensão será analisada através do conceito de alienação.

### **Conflitos na Área Rural de São Luís: capital, trabalho e alienação**

Ao longo dos anos, governantes, empreendedores, técnicos, gestores e outros profissionais buscaram dar uma outra configuração ao território referente à Área Rural de São Luís, capital do Maranhão. A intenção era e ainda é a de formular estratégias para dotar aquele território de uma vocação industrial, em especial transformando-o em espaço de escoamento de produtos para outros países, no interior ou em articulação com projetos político-econômicos do país. Nesse sentido, dos anos 1970 em diante, a Área Rural de São Luís foi sendo transformada em uma Zona Industrial, com a instalação de grandes empreendimentos e infraestrutura como ferrovias, rodovias e portos (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009).

Contudo, aquela região é historicamente habitada por comunidades rurais em constante interação, compostas por pescadores, agricultores, extrativistas, e outras

---

<sup>6</sup> Tratando-se, acima, dos processos referentes à *origem* do capitalismo, não seria forçado relacioná-las a um conflito contemporâneo nosso e referente ao Maranhão? O próprio Thompson teve o cuidado de deixar claro, no prefácio de seu *A formação...*, de que não tinha pretensão de criar um modelo explicativo para além da realidade mais delimitada da história da classe operária inglesa. Mas João José Reis & Márcia Gabriela D. de Aguiar (1996), por exemplo, demonstraram a pertinência da conceitualização thompsoniana para a abordagem de um motim contra a carestia ocorrido na Bahia, em 1858, por mais que, em princípio, haja uma distância muito grande separando a Inglaterra setecentista, com seu emergente capitalismo industrial, e a Bahia oitocentista e sua economia agrário-exportadora escravista, como colocam os autores.

ocupações profissionais que, em sua grande maioria, foram sendo passadas “de pai para filho”<sup>7</sup>. Instaurou-se, portanto, um conflito ambiental, compreendido dessa maneira por haver um confronto entre lógicas distintas de apropriação, uso e significação do território. Nesse contexto, o grupo das comunidades rurais passou a ter seu modo de vida ameaçado pelos empreendimentos econômicos em seu território, desarticulando diversos povoados e também trazendo insegurança às comunidades que continuaram no lugar (ACSELRAD, 2005). Essas comunidades sofrem impactos variados, provocados pela erosão das matas, poluição do ar e cursos d'água e também pela desqualificação de seus modos de vida, tornados “atrasados” e incompatíveis com a “vocação industrial” da região.

Os moradores das comunidades da  rea Rural de São Luís ocupavam-se em atividades tradicionais tais como a pesca, a agricultura e o extrativismo de mariscos, por exemplo. Com a proximidade e instala o dos grandes empreendimentos, um discurso grandemente desarticulador de modos de vida tradicionais foi sendo proferido por gestores e empreendedores governamentais e empresariais. Esse discurso, notadamente desenvolvimentista, buscava afirmar que vários empregos seriam gerados pelas empresas e estes postos de trabalho seriam destinados aos habitantes da cidade de São Luís, assim como aos moradores da região, mesmo com a ocorrência de deslocamentos e expulsões, “necessários” para desenvolver a região. Seriam empregos diretos e indiretos, dentro das empresas ou em suas imedia es.

Tais falas eram proferidas em audiências públicas, como as que ocorreram em meados dos anos 2000, por conta da tentativa de transforma o da região em Polo Siderúrgico (CARVALHO, 2009). Em um pequeno intervalo de tempo, por meio de violência física e simbólica, e também por um deslocamento discursivo, pescadores, agricultores e extrativistas foram transformados em desocupados, *desempregados*, que poderiam trabalhar nas empresas. Obviamente, aquele momento situado nos anos 2000 foi o da culminância de um longo processo de desqualifica o destas pessoas em todos os aspectos de suas vidas.

Desde os anos 1970, notícias em jornais como *O Estado do Maranhão* nos d o conta deste processo<sup>8</sup>. Em diversas manchetes pudemos notar oposi es de palavras, nas quais

---

<sup>7</sup> Para mais informa es sobre as comunidades da  rea Rural de São Luís, ver SILVA, 2009; MENDONÇA, 2006; JESUS, 2014; DAMASCENO e BARBOZA, 2009.

<sup>8</sup> Os dados apresentados a respeito de notícias veiculadas no jornal *O Estado do Maranhão* foram obtidos a partir da pesquisa de inicia o científica *Projetos de Desenvolvimento, deslocamentos compulsórios e conflitos ambientais em São Luís – MA*, iniciada em 2014 e que teve continuidade com a estudante Dayanne Santos, vinculada ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).



ficou evidente uma oposição conceitual específica, ou seja, entre o *velho* e o *novo*, atualizada nos termos *atrasado* e *moderno*. Consequentemente, outros termos derivaram conceitualmente destes, como *rural* e *urbano*, *antigo* e *atual*, *tradicional* e *desenvolvido*. Essas palavras, carregadas de significados que entram em oposição, passam a compor o repertório linguístico dos grupos, utilizadas para reivindicar um lugar de poder e também como forma de desqualificar o lugar do outro, identificado como o *velho*, *atrasado*, *rural*, *antigo* e *tradicional*.

Não é nosso objetivo aqui abordar mais detidamente esse horizonte discursivo, mobilizador do imaginário em torno do eixo atrasado-moderno. Pretendemos, no entanto, destacar o elemento de desqualificação dos modos de vida tradicionais locais num contexto em que o que está em jogo é a transformação simbólica e material desses trabalhadores em *desempregados*. Ou seja, deixando de lado aqui maiores considerações sobre o aspecto da construção desse imaginário ligado ao progresso, pretendemos analisar o processo vivido pelos trabalhadores mediante a noção marxiana de *alienação* – que implica destacar o papel do dinheiro e da substituição do valor de uso pelo valor de troca a que se ligam, como sabemos, à separação do ser humano do fruto de seu trabalho.

Antes de nos remetermos a Marx, tomemos a reflexão elaborada por Georg Simmel (2014), já posterior, na virada do século XIX para o XX em que o aspecto problemático da autonomização do mundo da técnica já era mais avançado – como diagnosticava o autor ao tomar por base a divisão do trabalho e a circulação do dinheiro (que, de meio, passa a se tornar um fim). De acordo com as reflexões de Simmel podemos identificar um processo duplo: uma objetificação, pela qual tudo se transforma em objetos; e uma objetivação, em que tudo se torna meta de melhoramento constante.

No caso do dinheiro, Simmel aponta que, como meio para se alcançar fins, ele se confunde com objetivo ou meta, e, quando esta é alcançada, ele próprio se apresenta como vazio, não deixando de ser meio. O caráter de resistência do dinheiro está nisso: ser meio e obstáculo ao mesmo tempo, provocando, ambigualmente, enriquecimento e frustração. “Quando as circunstâncias que concentram a consciência valorativa no dinheiro não existem mais”, diz Simmel (2014, p. 33), “o dinheiro começa a revelar o seu caráter verdadeiro como puro meio, o qual se torna inútil e insatisfatório logo que a vida depende, exclusivamente, dele”. Além disso, o “cálculo necessariamente contínuo do valor em dinheiro faz com que este apareça, finalmente, como o único valor vigente” (SIMMEL, 2014, p. 31).

Antes de Simmel, as reflexões de Marx já destacavam o processo de alienação e da transformação dos seres humanos em trabalhadores sem identificação com aquilo que

produzem. Para Marx (2010), a perda de ligação entre o trabalhador e aquilo que produziu inicia-se num processo descrito por ele como sendo o da alienação, no qual o trabalho como instância em si mesmo relaciona-se ao dinheiro como fim em si mesmo. Isso quer dizer que, *dialeticamente* (mas sem implicar uma teleologia histórica), duas instâncias da vida devem ser compreendidas: o trabalho e o trabalhador.

A primeira situa-se no campo *ideal* (instância ideológica), colocada como horizonte de liberdade, do trabalho livre, em que o trabalhador vende “livremente” sua força de trabalho em troca de um salário. A segunda instância, o trabalhador, denomina os indivíduos que, buscando a esfera ideal do trabalho (livre), submetem-se, na prática, ao capitalista e à lógica da extração do excedente (mais-valia). Seu trabalho é precário, e os trabalhadores buscam incessantemente a felicidade, que quase é “alcançada”. Isso porque, se em algum momento ela é obtida, demonstra-se o caráter de resistência do dinheiro, no sentido que colocamos anteriormente: o trabalhador passa a não poder se livrar dele – o dinheiro como fim em si mesmo.

No caso presente da Área Rural de São Luís, trata-se de compreendermos a perda de identificação do pescador, do agricultor e do extrativista com os meios de subsistência e da existência, ou seja, com uma vida articulada à natureza e ao tempo “natural” de seu trabalho, como também ao tempo coletivo de sua comunidade. Agora, desapossados dos meios de produção que passam a ser das empresas ou do governo – em última instância do capital – encontram-se destituídos de si, eles próprios considerando-se como desempregados que só realizam a pesca, a agricultura e o extrativismo quando não têm um *emprego formal* nos empreendimentos, comércio e indústrias da região.

Cabe apontar que esse processo se trata de um tipo violência, pois, ao retirar dos moradores das comunidades a possibilidade de obter sustento a partir da natureza que os circundam e à qual eles fazem parte, retira-se destas pessoas também seu *motivo de viver*, como é relatado por alguns entrevistados das comunidades Taim e Rio dos Cachorros<sup>9</sup>. Passa-se a viver em função do espaço e do tempo *vazios* dos empreendimentos, ou seja, do capital. Esse processo cria os *trabalhadores*, torna-os mercadorias<sup>10</sup>, mas no mesmo instante em que configura o status de *desempregado* ou de *pobre*. *O discurso dominante no qual a*

---

<sup>9</sup> Entrevistas realizadas entre maio de 2014 e janeiro de 2015 com moradores das comunidades Rio dos Cachorros, Taim, Cajueiro e Limoeiro. O corpus documental produzido pela transcrição destas entrevistas foi analisado parcialmente em Jesus (2014), Jesus; Sant’Ana Júnior (2015) e Nobre; Oliveira; Jesus (2016 – no prelo).

<sup>10</sup> “O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2010, p. 80).

*Área Rural de São Luís é um local de pobreza é fruto desta criação histórica.* Embora haja, ainda, meios de vida no qual as pessoas não precisam, necessariamente, de mercados para adquirir os gêneros alimentícios que consomem, pois os têm no seu quintal, a visão geral é a de que são pobres porque são desempregados, além do que não sabem se vão ficar naquelas terras, que se tornaram propriedade das empresas e dos governos. No lugar da fartura, a carência. É uma condição material efetiva, alimentada por representações simbólicas, que tornam a Área Rural um “espaço vazio”.

Por espaço e tempo vazios queremos dizer o processo próprio da modernidade em que o tempo e os espaços de convivência e repartição de valores vão dando lugar ao “tempo homogêneo e vazio” – expressão cunhada por Walter Benjamin (1994, p. 229-230) na 14ª de suas teses sobre a história – e à concepção newtoniana de espaço neutro em que se movimentam os objetos. Não se trata aqui de defender a noção de um processo histórico totalmente linear, irreversível e total de domínio desse espaço e tempo vazios, mas, pelo contrário, de uma *contradição entre duas esferas de existência e de valores*, sendo que o ponto central aqui é o da *relação entre o ser humano e a esfera de vida econômica* – e, para ter isso em conta, precisamos relativizar o conceito moderno e capitalista de economia como instância (pretensamente) autorregulatória, neutra e objetiva.

Cabe apontar que as Ciências Sociais, ultimamente, vêm trabalhando com o par conceitual *território e espaço* para demarcar, respectivamente, uma esfera de compartilhamento de valores e o lugar neutro da pura meta econômica (HAESBAERT, 2014). Nesse segundo caso, cabe também apontar que o espaço, enquanto esfera de expansão da economia capitalista, vê a natureza como puro material a ser dominado – seja como obstáculo a ser vencido, seja como matéria-prima a ser extraída.

Acerca do processo de alienação, Marx (2010, p. 85) expõe que o ser humano não se identifica mais com seu gênero, com o conjunto dos outros seres humanos que compõe sua espécie: “a consciência que o homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio”. Nessa dinâmica, o trabalhador “se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão”, diz Marx (2010, p. 80). “Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens”.

Tenhamos em conta o mundo dos objetos decorrentes da produção executada pelo trabalhador, objetos que se tornam altamente valorizados. Simultaneamente, tal valorização objetiva renega o mundo da vida – esfera onde está o trabalhador *e sua vivência* – a uma instância desprezível, distanciando e trazendo estranhamento ao trabalhador em

relação ao que ele produziu. Assim, esse produto não contém mais as características – poderíamos dizer, a *aura* do trabalho – do trabalhador e não deve servir a ele em suas necessidades, pois pertence ao domínio do capital. Sendo assim, o trabalhador não se vê nele e, na valorização que é feita do produto como resultado final desse processo, o trabalhador torna-se alheio ao produto, supervalorizando-o e desprezando a si – esse produto e esse mundo dos objetos, para Marx (2010, p. 80), “se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor”.

Para trazermos tais reflexões marxianas ao nosso caso de estudo, e tendo em vista o que já expusemos antes, podemos dizer: *o sujeito, tornado trabalhador, desligado de seu território, submetido a uma lógica alheia de produção, lucro e consumo, não se identifica mais com os outros sujeitos de sua comunidade que não estão submetidos à mesma lógica na qual ele está inserido*. Torna-se, então, uma pessoa que passa a desqualificar aquele outro sujeito que não submete à lógica dominante, tentando preservar seus conhecimentos tradicionais, por exemplo.

Em algumas reuniões do conselho gestor da RESEX de Tauá-Mirim, autodeterminada enquanto tal desde maio de 2015, pudemos notar falas que apontavam para esse tipo de discurso. Exemplo significativo é o de um morador do povoado de Taim<sup>11</sup> que, após ter sido empregado em uma das empresas próximas à região, foi demitido, dentre outras questões, por não ter a qualificação posteriormente exigida pela empresa. Além disso, quando ainda era um dos trabalhadores de lá, muitas vezes ele desqualificou outros moradores da comunidade por estarem resistindo em vender suas terras para o empreendimento, ou, então, por não preferirem trabalhar num “emprego formal” como aquele, com carteira assinada, salário e outros benefícios, como plano de saúde. A segurança que o emprego lhe passava, segundo sua fala, tornou-o cego à realidade das outras pessoas que, para ele, passavam a não existir, pois “*não trabalhavam*”.

Vejamos, também, outra face da moeda. Após alguns anos, observando os conflitos em sua comunidade, as degradações que as empresas causaram na região e ainda sentindo a proximidade e depois a efetividade da demissão, esse morador passou a compor a luta em prol do território da RESEX de Tauá-Mirim, passando a considerar-se pescador, sendo esta a sua profissão. Ou seja, podemos levantar, novamente, a hipótese de um processo dialético: após desfeita a ilusão (o *ideal* de uma vida melhor, mediante a oferta de emprego), devido à

---

<sup>11</sup> Optamos por não descrever seu nome, a fim de que sua identidade seja preservada. Isto não ocorrerá com outras pessoas, cujos nomes aparecerão, já que são militantes já reconhecidos em diversos meios e fazem a opção por identificarem-se enquanto tais.

realidade da transformação do trabalho em mercadoria descartável, o indivíduo, desempregado, *reapropria-se* do *valor trabalho* para dar a si mesmo, *afirmando-a*, a designação de sua profissão ou modo de vida: *pescador*. Não se trata da “verdadeira consciência” determinada previamente pela teoria, mas da *consciência de um fazer-se*, como propunha E. P. Thompson.

Assim, algumas pessoas, a fim de não serem suplantadas por essa lógica desenvolvimentista que os retira de sua própria existência, passam a resistir por meio de embates diretos aos representantes dessa lógica. Em audiências públicas, fóruns, seminários, manifestações, etc., transformam sua voz numa voz de resistência, abdicando, muitas vezes, de suas vidas em comunidade, pois passam a guiar seu tempo pelo tempo dos órgãos com os quais precisam lidar a fim de garantir seus direitos. Tal situação é perceptível quando observamos o processo de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, uma unidade de conservação que permite a coexistência de seres humanos e natureza num mesmo território que, neste caso, seria a junção de doze outros territórios da Área Rural de São Luís<sup>12</sup>, unificados a partir de uma reivindicação comum: não serem expulsos de suas terras. Lideranças destes povoados optaram, quase que sem outra alternativa, por buscar meios de salvaguardar suas terras.

Pessoas como Maria Máxima Pires (Dona Máxima de Rio dos Cachorros), Alberto Cantanhede (Beto do Taim), Clóvis Amorim (de Cajueiro), Rosana Mesquita (do Taim), entre outras, passaram a encabeçar esse processo, deixando de viver segundo suas necessidades pessoais, tornando seu tempo o tempo da luta. E essa escolha também trouxe mudanças em relação às suas ocupações, pois quem antes era pescador, agora dependente do tempo das instituições, precisando adaptar-se à lógica e ao tempo destes órgãos, não pôde mais dedicar-se à pesca ou à agricultura. Ou seja, a militância política acaba por colocar outra contradição em relação ao tempo próprio do trabalho na comunidade. Podemos dizer novamente que se trata da inevitável articulação do contexto local com um outro mais amplo e, nesse caso, *trata-se de uma articulação que deve ser construída inevitavelmente pela própria militância*.

Em Cajueiro também tem sido feita uma grande mobilização e conscientização em relação a todo esse processo, a fim de que as pessoas deixem de se considerar desempregadas e vejam suas ocupações tradicionais como profissão. Uma das lideranças locais, Clóvis Amorim, tem constantemente afirmado isso em diversas discussões, inclusive participando

---

<sup>12</sup> Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Parnauçu, parte de Vila Maranhão, Porto Grande, Jacamin, Portinho, Embaubal, Amapá, Ilha Pequena e Tauá-Mirim.

de uma mobilização a fim de ser decretado um território pesqueiro no Brasil, por meio de abaixo-assinado e petição junto ao Ministério do Meio Ambiente. A comunidade tem sofrido constantes ameaças de expulsão, ampliadas desde fins de 2014 e início de 2015, com a proposta de criação de um terminal portuário da empresa WPR/WTorres no território de Parnauçu, parte de Cajueiro, praia utilizada por pescadores e marisqueiros<sup>13</sup>. Tal situação, portanto, nos leva inevitavelmente a buscarmos, nós mesmos, a articulação entre o local e o contexto mais amplo.

### **Sobre a atualidade do conceito de acumulação primitiva**

Até aqui analisamos a gênese da militância política na Área Rural de São Luís mediante um processo de alienação, conceito marxiano o qual procuramos mobilizar em conjunto com a obra e a conceitualização de outros autores, tendo em vista também, obviamente, o trabalho de pesquisa realizado junto aos moradores. Como procuramos apontar, a alienação tem como centro a cisão da ligação orgânica entre o ser humano e o fruto de seu trabalho. Claro que não se trata de (re)criar situações idílicas pré-capitalistas, típicas de formulações poéticas ou literárias que expressaram o sentimento de perda acarretado pela expansão do modo de produção capitalista.

Ainda assim, como apontamos acima, estamos diante de um processo histórico em que uma comunidade tem seus valores e práticas postos em contradição com aquilo que se convencionou chamar de “força do progresso”. Marx já indicava que se trata de um processo de *violência*, característico da própria emergência do capitalismo enquanto apropriação, pelos capitalistas, dos meios de produção e, por isso, enquanto transformação dos trabalhadores em indivíduos “livres” para vender sua força de trabalho. Como procuramos mostrar, trata-se de uma situação de *choque entre dois mundos*, o que implica dizer um choque de *valores* em torno dos quais orbita a produção econômica. Nessa contradição em torno de valores se dá a emergência de uma militância *política*.

Como indicou David Harvey (2013), a rica análise de Marx sobre esse processo violento de transformação do trabalho em mercadoria acabou deixando o cunho de um processo histórico datado, ocorrido no início da formação do capitalismo, denominado de *acumulação primitiva*. Contudo, se observarmos o que foi exposto no item anterior, a

---

<sup>13</sup> Mais informações podem ser encontradas no relatório socioantropológico, organizado pelo GEDMMA, *RESEX de Tauá-Mirim* (GEDMMA, 2014) e na dissertação de mestrado de Jadedilson Ferreira Moreira (2015).

respeito da situação da Área Rural de São Luís (MA), fica claro que é preciso levar em consideração a atualidade do conceito, em sintonia com a proposta de Harvey.

Em primeiro lugar, cabe apontar que há uma tradição teórica que tende a ver a origem do capitalismo no desenvolvimento das cidades e do comércio, desenvolvimento esse que, gradualmente, provocou a dissolução dos laços feudais – baseados na posse da terra pela nobreza e aristocracia feudais, pelo trabalho camponês e pela extração econômica do excedente do trabalho, elaborado pelos camponeses. Ou seja, tínhamos, no feudalismo, uma classe produtora, os servos camponeses, que estabeleciam relação direta com seus meios de trabalho (terra, ferramentas); estes, embora não lhes pertencessem, lhes garantiam o direito, pela tradição, do cultivo e da subsistência.

O excedente do trabalho (pagamento em espécie, eventualmente mediante arrendamento), como apontou Maurice Dobb (1981) – em trabalho clássico que gerou um rico debate sobre a transição feudalismo-capitalismo –, era destinado aos senhores feudais numa relação simultaneamente de dependência econômica e extra econômica – dominação política e jurídica, incluindo meios de violência direta. Dobb não contesta essa caracterização básica do feudalismo, mas sim o processo de sua dissolução. Em vez de enfatizar a crescente influência das cidades e dos mercados de longa distância e a gradual substituição dos valores de uso pelos de troca (será esse o fundamento das críticas de Paul Sweezy), Dobb guia sua abordagem tendo em conta, centralmente, o fundamento das relações sociais de produção e sua tensão interna, isto é, as tensões internas à lógica do próprio feudalismo.

Não é nossa intenção aqui detalhar a abordagem de Dobb (1981) e do debate decorrente, apenas destacar que, como mostrou o autor, no quadro geral europeu (um quadro não estático, mas sim já visto em movimento), não havia exatamente alguma “lei histórica” regendo as relações entre domínio senhorial, ofertas de terras e forma (violenta ou não) da extração do excedente – mas uma lei, propriamente *social* (política e jurídica, além de econômica) que determinava a extração do excedente pela classe dominante. Essa observação é importante para reforçarmos o abandono de uma perspectiva teleológica – calcada na noção de “forças produtivas” como “motor da História” – e atentarmos para os fatores políticos e sociais que acompanham a dinâmica econômica da formação do capitalismo.

Embora represente um avanço nas abordagens sobre o tema, Ellen Wood (2001) argumenta que Dobb manteve-se ainda preso ao que ela chama de *modelo mercantil* que pesa nos estudos sobre a origem do capitalismo – basicamente, a teoria (que já apontamos

ser a de Sweezy) de que o feudalismo sofreu um processo de dissolução pela influência crescente das cidades e rotas comerciais. Como é colocado n’ *O manifesto comunista*, trata-se de ver um processo histórico em que as forças produtivas rompem os grilhões feudais (e todos aqueles da tradição) que impediam o livre curso da razão histórica. Como aponta Wood, esse modelo mercantil tem sua gênese nas filosofias da história iluministas e na economia política clássica, e acaba adentrando grande parte das abordagens marxistas – inspiradas em boa medida na obra do próprio Marx. Dobb tem o mérito de apresentar um quadro evolutivo bem mais complexo, mas acaba por tomar a gênese do capitalismo como esse processo conjunto de pressão interna ao feudalismo e crescimento das cidades.

A questão central de Wood, colocada de outra forma, é: se afinal o capitalismo seria esse “romper os grilhões”, então o problema sobre a origem do capitalismo está desde sempre respondida: o capitalismo já existia, em potência, nas cidades, no comércio e na ambição econômica (já presentes desde a antiguidade, e não só no universo greco-romano). Cabe observar que essa tese, ou *pressuposto*, guarda um paralelo – poderíamos dizer uma irmandade – com aquelas sobre o processo de secularização, enquanto formação do mundo moderno.

Naquilo que pretende descrever, o “modelo mercantil” é homólogo ao que Charles Taylor (2010), em seu *Uma era secular*, denomina de “narrativas da subtração”, nas quais a era moderna seria justamente o romper dos grilhões que limitavam as potências racionais. Antes dele, Hans Blumenberg (1999), em *A legitimidade dos tempos modernos*, dirigiu sua crítica à noção de secularização exatamente porque ela implicava um *pressuposto*, uma categoria não problematizada que servia para interpretar fatos e contextos históricos<sup>14</sup>.

Assim, também em busca de uma maior delimitação histórica a respeito da origem do capitalismo, Wood (2001) nos traz enorme contribuição ao debate que, como pretendemos destacar adiante, nos leva, enquanto arcabouço teórico, para além mesmo do momento da gênese do capitalismo na medida em que, ao destacar essa gênese, ela reforça uma certa categorização do modo de produção capitalista. Sua abordagem representa um

---

<sup>14</sup> Tanto Blumenberg (1999) como, mais recentemente, Charles Taylor (2010), partem dessa crítica para destacar os tempos modernos como uma época em que – sem que a religião seja eliminada – novos parâmetros, saberes, fundamentos etc. são elaborados, e isso num contexto de expansão e complexificação do mundo que caracteriza tais tempos modernos. Daí que, no caso de Taylor, ele prefira assumir o termo enquanto “era secular”, sem com isso recair nas narrativas da subtração. No que diz respeito à propriedade privada, Marx (2010), nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, criticava o fato de que a Economia Política de então não considerava *historicamente* a constituição da propriedade privada, mas, ao contrário, considerava-a como uma premissa, um pressuposto. Para Marx, a propriedade privada deve ser compreendida justamente a partir das distinções, historicamente estabelecidas, entre trabalho e capital, capital e terra, evitando tomá-las como dados em si, auto evidentes. Enfim, nos autores da Economia Política, “o que devia ser explicado é admitido”.



deslocamento analítico que deixa em segundo plano as cidades e o comércio para enfatizar a especificidade própria da Inglaterra por volta do século XVI e a transformação que é iniciada no seio da própria *produção rural*.

Reconhecendo o débito das reflexões de Robert Brenner ao debate, Wood destaca a especificidade inglesa: um Estado centralizado de forma precoce, em que a aristocracia dirigente também cedo se desmilitariza, passando a conviver de forma menos orgânica com uma restrita classe de latifundiários. Esses últimos, contando com muito menos recursos extra econômicos para a extração do excedente – coisa, como vimos, típica do feudalismo –, passam a contratar, de forma mais imperativa, fazendeiros arrendatários que, por sua vez, adquirem, por sua posição, um caráter competitivo, isto porque os rendimentos decorrentes de sua produção – ou produtividade – são a única garantia da manutenção de sua posição. Os arrendatários pagavam tributo em dinheiro, cujo valor não era fixado por lei ou pelo costume, o que levava, por sua vez, à necessidade de se especializarem, de buscarem aperfeiçoamento, e, enfim, competitividade – e o sucesso na competição do mercado amarra proprietários e arrendatários, já que as rendas daqueles dependiam dos lucros destes.

Em outras palavras, como conceitualiza a autora, a origem do capitalismo se dá por uma deliberada busca por produtividade em que a oportunidade de mercado (que sempre existiu, como busca de enriquecimento ou como simples troca) dá lugar a um *imperativo de mercado*: uma busca por melhoramento na produção que implicava uma capacidade de competir favoravelmente no mercado. Tratam-se de *regras de produção específicas* que darão vazão a uma lógica de autorreprodução – ou reprodução ampliada – do capital<sup>15</sup>. São esses os princípios que legitimarão o processo de cercamento das terras e, posteriormente, a própria revolução industrial e o novo tipo de colonialismo e imperialismo. Pela pressão decorrente dos novos termos de sobrevivência econômica, até os pequenos proprietários e aqueles produtores diretos, que mantinham a posse dos meios de produção, ficam submetidos ao imperativo de mercado.

Não por acaso, aponta Wood (2001, p. 92-97), já no século XVII haverá toda uma literatura erudita que passa a formular e a difundir a ideia e os benefícios do *melhoramento* da produção agrícola, no sentido de tornar a terra produtiva e lucrativa. No caso de Locke (1994), a ênfase na produtividade da terra foi a base de sua teoria da propriedade<sup>16</sup>. Na

---

<sup>15</sup> Como destaca a autora, a Inglaterra contava também com duas particularidades, bem mais cedo que os outros Estados europeus: uma rede desenvolvida de comunicação e transporte interno (por terra e água) e uma grande cidade, Londres, que centralizou e articulou esse comércio interno que viria a se constituir um mercado nacional.

<sup>16</sup> Isso foi também preocupação da Royal Society, “que reunia alguns dos cientistas mais destacados da Inglaterra (Isaac Newton e Robert Boyle eram membros dela) com alguns dos membros mais progressistas das classes dominantes do país – como o primeiro conde de Shaftesbury, mentor do filósofo John Locke”, observa Wood (2001, p. 89), “e o próprio

relação, posta como natural, em que o ser humano, racional por natureza (o que significava também por graça divina), mistura seu trabalho à terra “e tudo o que ela contém”, ele (o homem) configura sua propriedade. E tal reflexão Locke faz explicitamente passando por cima das concepções comunais: “Os frutos ou a caça que alimenta o índio selvagem, que não conhece as cercas e é ainda proprietário em comum”, diz Locke (1994, p. 98), “devem lhe pertencer, e lhe pertencer de tal forma, ou seja, fazer parte dele, que ninguém mais possa ter direito sobre eles, antes que ele possa usufruí-los para o sustento de sua vida”<sup>17</sup>.

A partir do que expusemos anteriormente, podemos dizer que, através da conceitualização do processo de alienação, Marx se apropria criticamente da noção lockeana da mistura do trabalho (força/razão produtiva) com a terra e seus frutos: a constituição da propriedade privada, interna à gênese do capitalismo, compromete a relação da constituição do indivíduo pelo trabalho, se podemos resumir assim<sup>18</sup>. Unindo esse âmbito de uma antropologia filosófica com o da historiografia, E. P. Thompson (1987, também lembrado por Wood), como já apontamos, demonstrou a centralidade da contradição de classes no sentido de que os costumes e a economia moral da multidão da primeira geração de trabalhadores fabris batiam de frente com a lógica e as práticas capitalistas em expansão.

Sobre o nosso caso de estudo, procuramos mostrar que a conceitualização marxiana sobre a alienação, numa dialética não teleológica, implica ver um processo de contradição envolvendo duas formas distintas de experiência socioeconômica, sendo que é através desse processo mesmo de contradição, em que valores e denominações são mobilizados, que os moradores da Área Rural de São Luís (MA) definem ou redefinem suas identidades. Finalmente, procuramos apontar também que tal processo implica uma necessária mediação entre o micro e o macro, ou entre contexto local e o mais global.

No nosso caso em questão, devemos ter em conta que os processos macro, referentes à dinâmica capitalista, não dizem respeito apenas a noções abstratas (embora nem de todo “imaginárias”) de “mão invisível” e “autorregulação” “do” mercado, mas também aos já apontados fatores extra econômicos, baseados no poder político, jurídico e até mesmo

---

Locke, ambos profundamente interessados no melhoramento agrícola”.

<sup>17</sup> Ou ainda: “Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade” (LOCKE, 1994, p. 98).

<sup>18</sup> De acordo com Marx (2010, p. 81), o capital, ao separar os trabalhadores daquilo que produzem, retira-lhes a identificação com a própria natureza, de onde tiram os meios para produzir. “Quanto mais o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência do trabalhador”.

extrajurídico, mobilizados em prol da acumulação capitalista. Como observa Harvey (2013, p. 297), o processo de *acumulação primitiva* permanece constantemente presente no seio do próprio capitalismo, inclusive como *desapossamento* (em referência à busca constante por terras) e nem sempre empregando formas diretas de violência ou de extração de mais-valia:

A extração de mais-valor é, afinal de contas, uma forma específica de acumulação por desapossamento, porque é simplesmente a alienação, a apropriação e o desapossamento da capacidade do trabalhador de produzir valor no processo de trabalho. Além do mais, para que essa forma de acumulação continue a crescer, é preciso encontrar maneiras de mobilizar populações latentes como trabalhadores e liberar mais terras e mais recursos como meios de produção para o desenvolvimento capitalista, do mesmo modo como a limpeza das assim chamadas favelas é necessária para que o capital em desenvolvimento expanda suas operações urbanas. Essa tomada de terras pelo Estado mediante desapropriação ou outro meio legal tornou-se um fenômeno disseminado nos tempos recentes [...].

Assim, a acumulação primitiva não significa apenas um momento datado historicamente da origem do capitalismo, mas continua sendo o motor extra econômico do capitalismo<sup>19</sup> – entendendo-se por “extra econômico” o processo externo à autorreprodução do capital, mas que, como indicamos, deve ser visto como parte intrínseca à lógica capitalista. Como aponta Harvey (2013, p. 291) de maneira pertinente, a acumulação primitiva não age apenas mediante a violência direta.

Provavelmente seria consenso que a história [da transição do feudalismo ao capitalismo] contada por Marx é parcialmente verdadeira em alguns pontos. Houve, de fato, vários momentos e incidentes de extrema violência nessa geografia histórica. E é inegável o papel do sistema colonial, inclusive da evolução das políticas agrárias, trabalhistas e tributárias aplicadas nas colônias. Mas também houve exemplos de acumulação primitiva que foram relativamente pacíficos. As populações eram menos forçadas a sair da terra do que atraídas pelas possibilidades de emprego e pelas perspectivas de uma vida melhor oferecidas pela urbanização e industrialização. A transferência voluntária para as cidades de populações inteiras, que deixavam para trás as condições precárias da vida rural em busca de altos salários, não era incomum (mesmo sem aqueles processos de expropriação da terra a que Marx se refere e dos quais há evidências históricas suficientes). A história da acumulação primitiva é, portanto, muito mais nuançada e complicada em seus detalhes do que aquela que Marx conta.

Ou seja, tendo em vista os casos que analisamos sobre moradores da Área Rural de São Luís (MA), podemos ver que esse processo de acumulação primitiva – para cuja análise Harvey se inspira na reflexão de Marx, renovando-a – ainda se mostra atual, seja através de pressão direta, visando ao desapossamento, seja indireta, pela via de atração dos empreendimentos econômicos – cuja precariedade é disfarçada pelo imaginário mobilizado em torno de conceitos como “oportunidade”, “emprego” etc.

---

<sup>19</sup> Cf. também o artigo de Sandra Lecioni (2012) para a atualidade do conceito tendo em vista conflitos atuais.

### Considerações finais

Resistir a uma lógica dominante, portanto, não tem sido tarefa fácil para as pessoas que vivem na Área Rural de São Luís e sofrem a pressão e/ou a atração dos empreendimentos econômicos. Do ponto de vista do processo de alienação, tal como descrito por Marx (2010, p. 87), o trabalhador acaba por realizar também a dominação de si próprio, pois, ao engendrar o produto destinado ao mercado, ou seja, um “produto para a perda”, que “não pertence a ele”, ele “engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto”. “A existência (*Dasein*) do capital é *sua* existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele” (MARX, 2010, p. 91).

Tal processo pode ser observado na Área Rural de São Luís: o resultado da desarticulação das comunidades, da transformação das pessoas em desempregados e da transformação da natureza em recurso é aquele da abertura da passagem dos produtos, com os quais nenhuma das pessoas têm identificação, para outros países. Os lucros, obviamente, não ficam na Área Rural de São Luís, a esta cabendo apenas uma parte degradada e triste de todo esse processo. Um ser alheio é detentor dos lucros da produção.

Portanto, “o capital é o homem totalmente perdido de si”. Tal processo, que descrevemos aqui em suas particularidades concernentes à Área Rural de São Luís, vem sendo reproduzido em diferentes localidades da América Latina devido à expansão dos empreendimentos das transacionais brasileiras, como já havia sido apontado por uma publicação coletiva em 2009 (cf. INST. ROSA LUXEMBURGO et. al., 2009).

Ser outra coisa, ser um *território* diferente do que deveria ser para o capital é, portanto, lutar contra uma forte corrente que perpassa as relações efetivas da sociedade, tanto materiais como simbólicas. Instaurada esta lógica, e transformados em trabalhadores, os seres humanos que ficam fora disso passam a ser “fantasmas fora do domínio do capital”<sup>20</sup> e, portanto, não devem existir. Evitar o apagamento é tarefa da militância, que, por sua vez, é o novo obstáculo a ser superado pelos agentes capitalistas. Como aponta Harvey (2013, p.

---

<sup>20</sup> “A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmensch*), o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* (*Gestalten*) que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do cozeiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio” (MARX, 2010, p. 92).

285), a regra é a de que,

sempre que possível, o capital gosta de se deslocar para lugares ermos. Quando a indústria automobilística japonesa se transferiu para Grã-Bretanha nos anos 1980, ela evitou as regiões mais sindicalizadas e instalou-se em áreas abertas a novos empreendimentos, onde as companhias podiam agir com liberdade e construir o que bem quisessem (com o apoio do governo antissindical de Thatcher, é claro). Nos Estados Unidos, a tendência é a mesma. Encontrar espaços onde não há regulação e organização sindical continua a ser um aspecto significativo da dinâmica geográfica e locacional do capitalismo.

Evitar, portanto, esse duplo apagamento: de seu modo de vida e da legitimidade de sua voz política; essa deverá ser a tarefa dos moradores da Área Rural de São Luís (MA).

---

#### "GHOSTS OUTSIDE THE DOMAIN OF CAPITAL": ALIENATION, LABOR, UNEMPLOYMENT AND DEVELOPMENT IN THE RURAL AREA OF SÃO LUÍS (MA - BRAZIL)

**Abstract:** The aim is to present a study about work, unemployment and development in the Rural Area of São Luís-MA, in the present. We intend to analyze the contradiction between the traditional way of life and the attraction exercised by the modern economic developments, pointing out that, in this contradiction, a political militancy emerges, dedicated to the preservation of their traditional territories. In a kind of dialectic, the militancy displaces the significance of the terms *employment/unemployment* to resignify the term *worker*. Methodologically, we defend the need of mediation between the micro and the macro, i.e., between the local context and the general framework. For this, we use the concepts of alienation and primitive accumulation. Such concepts are therefore designed to take account of this dynamic involving the contradiction between ways of life and the militancy.

**Keywords:** Rural Area. São Luís (MA). Economic development. Work. Alienation.

---

#### Referências

- ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social* In EDMUND et Al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Versão digital.
- \_\_\_\_\_. *Les imaginaires sociaux, memoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLUMENBERG, Hans. *La légitimité des Temps modernes*. Trad. Marc Sagnol, Jean-Louis Schlegel et Denis Trierweiler. Paris: Gallimar, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. 6ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- CARVALHO, Fernanda Cunha de. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís-MA. In: SANTANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Élio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. *Ecos dos conflitos*

*socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, 2009.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 172-192.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991, p. 173-191.

DAMASCENO, Elena Steinhorst; BARBOZA, Elizângela Maria. O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís-MA. In: SANT'ANA JÚNIOR; PEREIRA; ALVES; PEREIRA. *Ecos dos conflitos socioambientais, op. cit.* 2009.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 8º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, 1992/10, p. 265-271.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEDMMA (org.). *RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA*. São Luís: GEDMMA/UFMA, 2014. Relatório Socioantropológico. Mimeo.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *Território e Multiterritorialidade: Um debate*. Universidade Federal Fluminense, 2004. Mimeo.

HARVEY, David. O segredo da acumulação primitiva. In: *Para entender O capital*. Livro 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 277-299.

INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO et. al. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://rls.org.br/publicacao/empresas-transnacionais-brasileiras-na-america-latina-um-debate-necessario>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

JESUS, Tayanná Santos Conceição de. *Violência, Memória e Resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)*. São Luís: UFMA, 2014. Monografia de Graduação. Mimeo.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Confins* [online], 14 / 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7424>; DOI: 10.4000/confins.7424 Acesso em 05 de março de 2016.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Introd. de J.W. Gough; trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço*. São Luís: DESOC/ UFMA, 2006. Monografia de Graduação. Mimeo.

MOREIRA, Jadelson Ferreira. *Arenas, Repertórios e Ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro*. São Luís: PPGCSOC/UFMA, 2015. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

REIS, João José e AGUIAR, Márcia G. D. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História* 135 (1996). 133-160.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Trad. Anne-Marie Milon de Oliveira, rev. técn. José G. Gondra. *Revista Brasileira de Educação*, V. 15, n. 45, set/dez 2010. P. 434-445.

RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Sislene Costa da. *Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território*. São Luís: PPGSoc/UFMA, dissertação de Mestrado, 2009. Mimeo.

SANTOS, Dayanne da Silva. *Projetos de Desenvolvimento, deslocamentos compulsórios e conflitos ambientais em São Luís – MA*. São Luís: GEDMMA/DESOC/UFMA, 2016. Relatório de Iniciação Científica. No prelo.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold (org.). *Simmel e a modernidade*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

TAYLOR, Charles. Introdução. In: *Uma era secular*. Tradução: Nélio Schneider e Luiza Araújo. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997 p. 189-241.

WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro, apres. Emir Sader. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

---

## SOBRE OS AUTORES

**Victor de Oliveira Pinto Coelho** é doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; docente do Centro Universitário de Pinheiro da Universidade Federal do Maranhão (CCHNST/UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS/UFMA).

**Tayanná Santos de Jesus Sbrana** é mestranda em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e bolsista da CAPES; pesquisadora do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

---

Recebido em 31/05/2016

Aceito em 22/07/2016